

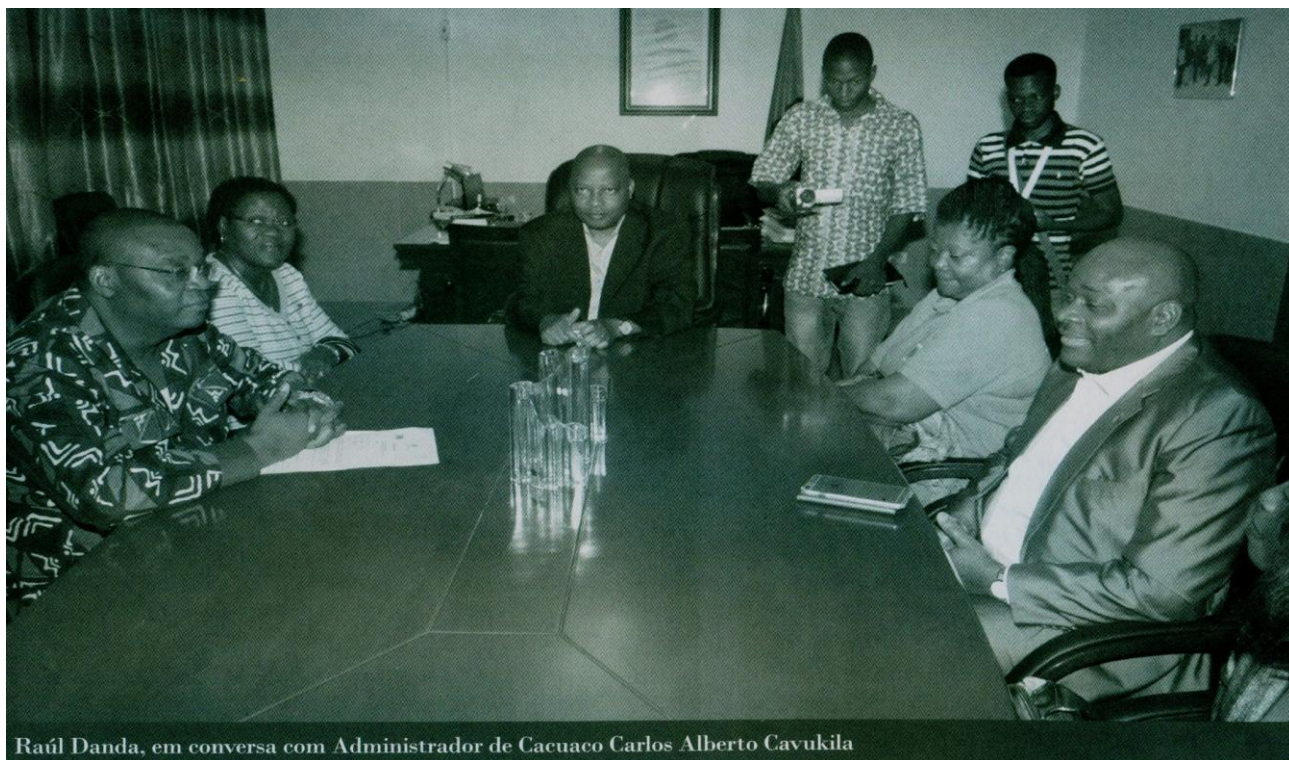
Grupo Parlamentar esteve em visita de campo no Cacuaco

Semanário Terra Angolana

11 De Setembro de 2015

Texto: Paulo Trindade

O Grupo Parlamentar da UNITA efetuou recentemente uma visita ao município de Cacuaco, onde recebeu explicações do administrador municipal, Carlos Alberto Cavukila, sobre o processo de requalificação e realojamento da população que vivem em zonas de risco.



Raúl Danda, em conversa com Administrador de Cacuaco Carlos Alberto Cavukila

Em conversa com o Grupo Parlamentar, encabeçado pelo seu líder, Raúl Danda, o administrador Carlos Alberto Cavukila admitiu haver casos de demolições, e muitas delas "necessárias", por existir grave oportunismo da parte de alguns cidadãos no que toca à ocupação de terrenos.

"Recentemente lançamos três projectos de loteamento, e estamos a receber há um bom tempo, pedidos de aquisição oficial desses loteamentos, e por incrível que pareça, entre os documentos, recebemos requerimentos feitos até por pessoas com cinco anos de idade, onde já se viu alguém com esta idade requerer Terreno para construção de casa própria", interrogou-se Cavukila. O Administrador explicou demoradamente aos deputados que é

preciso entender as razões que estão na base das demolições de algumas casas dos cidadãos, avançando que não estão a ser feitas destruições a bel-prazer das autoridades. "Se olharmos para o grande mosaico das demolições, devemos analisar as situações de forma muito casuística para não cometermos erros de apreciação", justificou.

O Administrador disse existir má-fé por parte de alguns cidadãos que requerem lotes de terra para construir, mas não o fazem por razões que o próprio dirigente máximo da circunscricção também desconhece.

"Houve um realojamento para a zona do Maiombe, de supostas pessoas que ocupavam

uma área que era reserva industrial de Cacuaco, dizendo que ocupavam aquela região porque queriam construir casa própria, mas se for lá hoje, passado três anos, nenhuma delas construiu casa", revelou.

O dirigente informou que as demolições partem primeiro de um processo administrativo demolitório, que é devidamente seguido e que culmina com um despacho de demolição. "

Todos os procedimentos administrativos legais estão salvaguardados, e as demolições só ocorrem quando as pessoas são informadas de que estão numa área em que não deve ser ocupada por razões variáveis", precisou.

Camponeses insatisfeitos também com o fenómeno de ocupação ilegal, estão os camponeses da zona do Imbondeiro, que fica perto da Centralidade do Sekele. Segundo disseram à reportagem do Terra Angolana, lhes foi negado por muito tempo o acesso às suas lavras por invasores que queriam a todo custo construir nos seus terrenos.

Contaram que "havia lavras aqui, e na altura nós não podíamos colocar os pés aqui, porque éramos batidos pelas pessoas que haviam ocupado as nossas lavras. Eles chegaram, arrancaram milho e outros produtos e construíam", recordam com tristeza a situação por que passaram.

Acrescentaram que a Administração Municipal tomou conhecimento do sucedido, e em defesa dos camponeses emitiu uma ordem de demolições das residências dos invasores. "Depois disto a Administração chamou-nos para legalizarmos os terrenos, Já o fizemos, e agora estamos à espera da documentação".

Inês Domingos, uma das camponesas, disse que "temos estas lavras há 30 anos, agora fomos invadidas por pessoas que não sabemos donde vieram e não conseguíamos entrar porque nos batiam, a Administração mandou chamar todos

os camponeses e entregamos os documentos, estamos apenas à espera da chamada, porque é necessário que venhamos com testemunhas", lembrou.

Por seu turno, os supostos invasores, ouvidos por este jornal, admitem não ter comprado terrenos naquela área, mas alegam não ter encontrado nenhum sinal de proibição. "Quando chegamos naquela zona não encontra nenhuma placa a dizer que era reserva do Governo, por isso, abandonamos as casas de renda e viemos cá há já cinco anos, agora partem as nossas casas, nos correm, alguns foram parar na cadeia, e outros estão actualmente ao relento e é mesmo nessas condições que algumas mulheres têm dado a luz" lamentam.

Reforçou dizendo que "com excepção da senhora que foi fechada num contentor que ficava aqui próximo, o resto do pessoal foi levado para a unidade policial que fica perto do Complexo Escolar Paciência Sacriberto, e só foi solto no dia 20 de Agosto", contaram.

Satisfeitos com a visita No final da visita, o líder da Bancada Parlamentar, Raul Danda disse que as populações podem algumas vezes cometer erros em relação às zonas que ocupam para "fazer isto ou aquilo, mas julgo que quem governa tem que ter o cuidado de criar condições para as pessoas", disse inicialmente.

Segundo Danda, é preciso haver diálogo entre as autoridades do Cacuaco para se evitar a situação chocante que constaram no terreno, embora cada parte tenha dado a sua explicação sobre o sucedido, cuja situação exige cuidados redobrados para se evitar mais demolições, assim como destruições anárquicas por parte da população. Raul Danda disse ainda que a Constituição obriga que o Estado garanta uma habitação e qualidade de vida ao cidadão, e a qualidade de vida não aquela em que ele e o

grupo constataram naquela zona. Portanto, as pessoas não podem levar como lema "o mais importante é resolver os problemas do povo",

quando na prática, parece que o mais importante é dificultar a vida do povo.